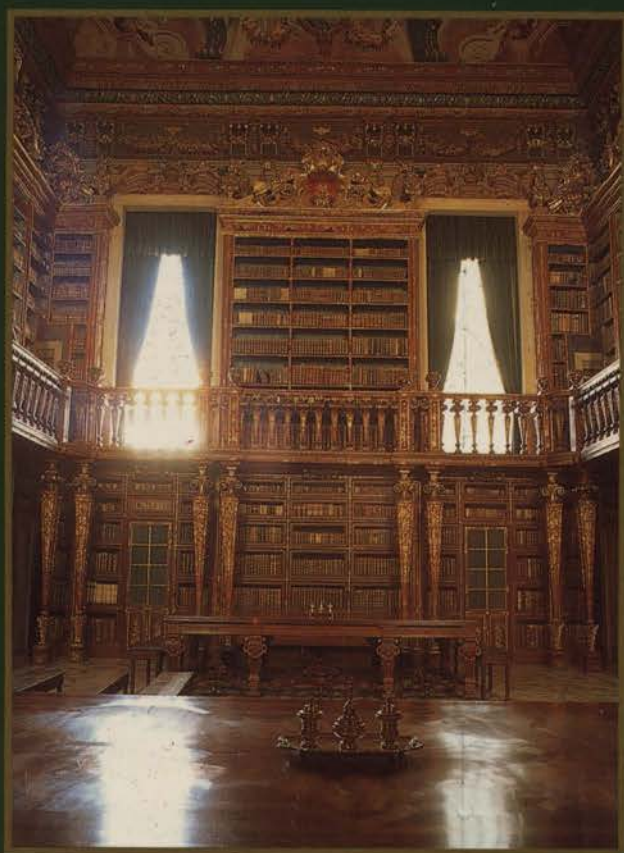


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

COIMBRA DE MEADOS DO SÉC. XIX A INÍCIOS DO SÉC. XX

Imagens de sociabilidade urbana **

1. Introdução

1.1. Breves reflexões sobre a temática e os objectivos da lição

Incide a lição sobre o tema da sociabilidade. Assunto complexo de contornos relativamente amplos e imprecisos. O próprio conceito, cuja projecção no vocabulário e nos territórios do historiador se deve aos estudos pioneiros de Maurice Agulhon, envolve margens de ambiguidade, suscitando controvérsias, cuja apreciação não está em causa.

Genericamente, a sociabilidade, na dimensão historiográfica do conceito, corresponde ao estudo, em determinados quadros espaciais e temporais, da vida de relação. Ou seja dos laços entre indivíduos e grupos sociais, configurando valores e comportamentos colectivos. Por outras palavras, vias e modalidades de comunicação social, manifestações e tendências de *socialização* em níveis diversos — de carácter *informal* ou *formal*, *não institucional* ou *institucional*.

As fronteiras da sociabilidade tocam em campos variados, articulando ou dissociando *vida social* e *vida privada*. E a actual amplitude dos seus domínios e objectivos converge no sentido da história social e da *história do terceiro nível* — a dos comportamentos e mentalidades.

¶ Sociabilidade — *objecto possível de história*, apesar das «intersubjectividades» da vida social. Domínio historiográfico já de largas tradições — em especial nas vertentes jurídico-institucionais (quanto a algumas áreas do *associativismo*) mas também no respeitante a determinados quadros da vida *quotidiana*. Ainda assim, domínio historiográfico relativamente novo (uma «frente pioneira da investigação»), que, nas últimas décadas, a partir dos anos de 1960, tem motivado

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Texto (em alguns pontos mais desenvolvido) da lição das provas de agregação em História.

importantes e sugestivos estudos — diversificando e questionando anteriores perspectivas no âmbito da sociabilidade *institucional* e introduzindo novas facetas e dimensões em demais áreas ou categorias. Ou seja — integrando a história das associações numa problemática sociológica e assumindo uma noção alargada e dinâmica da sociabilidade, com o interesse igualmente pelos «ajuntamentos ocasionais» e por «todas as formas da vida em relação» e respectivas mutações.

Em suma, uma historiografia já antiga. Em processo de renovação e de descoberta.

Eu próprio me senti recentemente atraído pelo tema, iniciando algumas linhas de pesquisa, a nível da história local e regional.

Cinge-se a lição à cidade de Coimbra e, praticamente, à segunda metade do século XIX — tempo, simultaneamente *curto* (para permitir apreender a dinâmica evolutiva) e *excessivo*, em função dos limites e contingências da própria lição.

Por isso mesmo, apenas intento transmitir algumas «imagens» de sociabilidade, em duas séries principais — uma em torno da *feira* e a outra, contemplando a *vida associativa*.

Imagens de sociabilidade em cenários de Coimbra. E antes delas, importa assim apresentar, ainda que brevemente, o quadro urbano em que se inseriam e de que eram significativa expressão.

1.2. Quadro urbano e fisionomia social

Em meados do século passado, Coimbra era ainda uma pequena e bucólica cidade.

Conservava, praticamente, os limites atingidos três séculos antes, quando, por via da transferência da Universidade, se assistiu a um notável crescimento.

A *alta* e a *baixa* tradicionais representavam o essencial do espaço urbano. Um espaço de múltiplos contrastes, que suscitava emoções e apreciações diversas — variando entre o encantamento e a desilusão.

Rodeada de campos, a própria cidade sentia-se parcialmente penetrada de *ruralidade física e mental*.

Como subúrbios, ou «burgos vizinhos» — Celas e, mais longe ainda, Santo António dos Olivais, bem como, na margem esquerda do Mondego, o «bairro» de Santa Clara. Subúrbios que, simultaneamente, *interrompiam* e *continuavam* a cidade, antes da sua integração em pleno século XX.

Uma pequena e bucólica cidade — repita-se — mas em crescimento e em transformação.

No terceiro quartel do século XIX, pouco evoluiu urbanisticamente. Todavia, a partir de 1880 romperam-se os tradicionais limites e novos espaços integraram o quadro urbano.

Surgiu o *bairro de Santa Cruz*. Novas artérias foram rasgadas desaguando na actual *Praça da República*.

A par da evolução urbanística registada em direcção a Santa Cruz e áreas anexas, outras importantes obras e alterações se verificaram no interior da velha cidade e, especialmente, na margem direita do rio.

Múltiplos factores condicionaram a expansão da área urbana. E as linhas de *modernização*, ainda que limitadas, derivam igualmente de importantes melhoramentos materiais — nomeadamente a iluminação pública a gás (em 1856); o telégrafo eléctrico (no mesmo ano); o caminho de ferro (em 1864); a ponte da Portela (em 1873) e a nova ponte de Santa Clara (em 1875), os *carros americanos* (a nível dos transportes públicos), etc.

Em 1864, a população da cidade limitava-se a cerca de 13 000 habitantes. Em 1900 atingia já os 18 000. E em 1911 ultrapassaria ligeiramente o limiar dos 20 000. Tendia assim para um fluxo contínuo e atenuava-se a imagem física e humana de pequena cidade.

Três séculos volvidos sobre a instalação definitiva da Universidade, Coimbra permaneceria uma cidade «dual», separando o «estudo» e o «trabalho» (na interpretação de António de Oliveira).

Dualidade assinalada mesmo na organização do espaço, imprimindo-lhe marcas de *estratificação horizontal* — o «bairro alto», dominado pelo quotidiano da vida estudantil e universitária; o «bairro baixo», onde pulsava a vida comercial e artesanal e se alojava grande parte da população laboriosa.

Coimbra, genericamente uma cidade de estudantes e de artífices. Distribuídos estes por ofícios diversos e numericamente muito representativos. Bem mais — pelo menos antes de finais do século e inícios do seguinte — que o «operariado» moderno, tendo em conta uma industrialização relativamente tardia e de fraca intensidade, conforme revelou José Maria Amado Mendes.

Todavia, e naturalmente, Coimbra caracterizava-se também por uma significativa pluralidade sócio-profissional: eclesiásticos (muito influentes a níveis diversos, incluindo o académico), *proprietários*, negociantes, funcionários e membros das profissões liberais, militares, trabalhadores, criados e outros serventes ocasionais (designadamente aguadeiras, lavadeiras, engomadeiras), mendigos e outros «marginais», etc.

Seja como for, a cidade distinguir-se-ia pela sua dimensão universitária, tanto mais que o liberalismo reduziu ou eliminou outras influentes áreas de expressão social e de poder — casos das *corporações de artes e ofícios* e, mais ainda, das comunidades religiosas.

A presença de muitas centenas de estudantes concorria, entre outros factores, para que Coimbra sobressaísse como centro de mercado e de serviços.

A par disso, determinadas figuras ou tipos sociais giravam, em grande parte, em torno dos estudantes.

De outras formas, os estudantes influenciavam e moldavam o quotidiano e o carácter da cidade. Ainda que se não deva forçar a nota, esquecendo outros importantes ritmos e quotidianos distintos da urbe universitária.

A sociedade académica gerava relações e valores que, de modo superficial ou profundo, impregnavam a vida e as mentalidades da «comunidade popular». Em linhas de harmonia ou conflitualidade.

No entanto, se Coimbra muito dependia da comunidade estudantil, outras funções e condições influíam na sua paisagem económica e social.

Além de sede de um importante concelho, ela era capital distrital (e a única cidade do distrito até 1882). Tenderia assim a afirmar-se como núcleo e sede de múltiplas influências.

Comandaria, em grande parte, as relações cidade-campo e funcionava, a nível regional, como importante centro comercial, periódico e permanente. Tanto mais que desfrutava de uma localização privilegiada, em que se cruzavam vias fundamentais, canalizando mercadorias e pessoas.

Além disso, outras razões determinariam o trânsito e o afluxo de gentes, nomeadamente as importantes funções religiosas e assistenciais da cidade. Sem esquecer — num século em que se assistiu, particularmente na segunda metade, à multiplicação das viagens e ao nascimento do «turismo» — os visitantes da cidade à procura de seus encantos, monumentos e festividades.

Coimbra, cidade simultaneamente recolhida e «extrovertida». Cidade «quieta» e em mudança.

Uma cidade de dicotomias e de fronteiras sociais e culturais (reais e míticas), mas igualmente com importantes linhas de convergência.

Cidade de «estudo» e de «trabalho» (repita-se), mas igualmente um espaço original e privilegiado de *sociabilidades* — no seu interior, em suas margens e periferias...

2. *Imagens e Espaços de Sociabilidade* (alguns aspectos)

2.1. *A Sociabilidade sob o signo da festa — da festa religiosa à festa laica...*

Sob o signo da festa decorriam importantes e diversas manifestações de sociabilidade, constituindo, simultaneamente, prolongamentos e rupturas do quotidiano, marés de vida colectiva e páginas de *história íntima*; memória de gerações e indivíduos.

Assumia a festa diferentes facetas em itinerários de tradição e novidade, conduzindo da *festa religiosa* à *festa laica* — categorias algo extremas e divergentes, mas também com algumas afinidades ou confluências.

Sobre o assunto, referenciarei alguns tópicos principais, numa relativamente breve sucessão de *quadros* e *imagens*.

2.1.1. Religiosidade e sociabilidade: festividades religiosas e romarias

Em Coimbra e seus arrabaldes aconteciam inúmeras festas e romarias (muitas das quais subsistindo até aos nossos dias). De algumas apenas se dará resumida conta.

O calendário religioso era bastante denso, particularmente em algumas épocas.

Na *quadra do Natal*, a solenidade religiosa do nascimento de Cristo celebrava-se, com muita pompa e magnificência, na Sé Catedral. À missa do galo, pelo menos em alguns anos, assistiam ali muitos fiéis.

De outras formas o Natal se manifestava. Na rua, em reuniões familiares ou de sociedade — as quais podiam incluir, por exemplo, representação de *entremezes* ao Menino Deus, *Árvore do Natal*, bailes.

Meses depois, após os folguedos carnavalescos, as solenidades da *Quaresma* impressionavam a cidade.

O ciclo abria com a *Procissão da Cinza*, devida somente à Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, mas a que concorriam, por vezes, outras irmandades. Saía da Igreja do Carmo. Distinguia-se pelo primor das imagens e pelo elevado número de andores — onze.

Seguia-se, com limitados intervalos de tempo, a *Procissão dos Passos*, num domingo. Na véspera, trasladava-se a imagem do Senhor dos Passos da igreja da Graça — sede da respectiva irmandade — para a Catedral, donde regressava à sua igreja.

Ambos os cortejos, motivavam grande adesão, concorrendo muito povo a presenciá-los. Por outro lado, muita gente de Coimbra iria assistir à *Procissão dos Passos* em Taveiro, Tentúgal e Condeixa.

Suscitavam igualmente notável participação as solenidades da Semana Santa. Realizavam-se estas em diversos templos, embora com diferente destaque.

Porfiavam algumas igrejas na ornamentação, constituindo cenários deslumbrantes. Distinguiam-se outras pelo esplendor dos ofícios. A este nível, costumava salientar-se a Sé Catedral, atraindo a multidão, motivada, entre outras razões, pelo impressionante *Miserere* de José Maurício, aquando do *ofício das trevas* que tantas emoções e evocações suscitaria. Mas, por vezes, outros templos alcançariam a primazia. Entre eles, a Capela da Universidade que, por exemplo, em 1890,

foi o local mais concorrido, atribuindo-se tal facto «à magnífica voz d'uma distinta actriz da capital que veio (...) abrilhantar a (...) Semana Santa (...)» (*O Tribuno Popular*).

Sempre, ou quase sempre, a *Semana Santa* atingia notável brilho e esplendor em Coimbra. As igrejas atraíam então grande número de fiéis, especialmente na quinta-feira de *endoenças*, acorrendo, além do povo da cidade, ranchos numerosos das aldeias.

Tempo de religiosidade, tempo de tradição; a que se associavam outros gestos e sinais — a *queima dos Judas*, no sábado de Aleluia, que ocorria, por vezes, em diversos pontos da cidade, ao anunciarem os sinos a comemoração da Ressurreição de Cristo. Costume tradicional que, em 1890, foi oportunidade de patriotismo anti-britânico pois que os Judas queimados «representavam fielmente os filhos d'Albion» (*O Tribuno Popular*).

Tempo de preceitos, a cumprir festivamente. Daí as solenes e concorridas procissões, por diligência dos párocos e das irmandades do Santíssimo Sacramento, que, em domingos posteriores à Páscoa, levavam o *Senhor aos entrevados*. Nas ruas do trânsito, as casas e janelas adornavam-se. Aos entrevados pobres (ou mais pobres) distribuíam-se esmolas, num gesto de solidariedade e de caridade cristã, segundo formas, por vezes bem singulares e sugestivas. Assim, por exemplo, na procissão da freguesia da Sé, em 1 de Maio de 1870, iam 18 anjos «que conduziam diferentes insignias, e levando alguns ramos com esmolas de cinco tostões para os pobres» (*O Conimbricense*).

Na freguesia de Santa Cruz, um dos destinos da procissão era o *Asilo de Mendicidade* — nesse dia alindado. E à festa da comunhão associava-se o prazer de refeições melhoradas.

Na mesma paróquia, ficava a *Cadeia*. E também aos presos, pelo menos durante grande parte do período considerado, era levado festivamente o Sagrado Viático. A cadeia enfeitava-se. Aos presos mais pobres fornecia-se, por vezes, decente vestuário. Para todos o benefício de melhor jantar. Antes disso, a comunhão ministrada na capela, depois de uma oportuna exortação do pároco.

Após a quadra quadragesimal e pascal, repetia-se, desde os tempos medievais, a Procissão do Corpo de Deus (*Corpus Christi*). Função de dimensão nacional (como outras, aliás), profundamente institucionalizada (a cargo das Câmaras Municipais), mas já muito decaída no País em relação ao passado.

Em Coimbra, assumia, frequentemente, grande pompa, saindo da Sé Catedral. Atraía muito povo, incluindo gente dos arredores.

As festas por excelência eram, contudo, as da *Rainha Santa*, em Julho.

O cenário natural de tão afamada solenidade envolvia as duas margens do rio — tendo como elos principais Santa Clara e Santa Cruz.

Um cenário que então se alterava fisicamente, com a profusão de ornamentações e iluminações e com os sons e as cores do fogo.

Um cenário que então se alterava humanamente. A Rainha Santa atraía à cidade largos milhares de pessoas — de muito perto e de muito longe, especialmente em alguns anos e depois que o caminho de ferro encurtou distâncias e multiplicou viagens.

As duas procissões constituíam os actos religiosos essenciais.

Na primeira delas — geralmente numa quinta-feira — a padroeira descia à cidade, conduzindo-se, de noite, a sua imagem do real mosteiro de Santa Clara para Santa Cruz, onde se celebrava um solene *Te Deum*.

No domingo imediato, havia de manhã a festa religiosa nesta igreja e, de tarde, a Rainha Santa regressava ao seu templo.

Cortejos impressionantes, especialmente o segundo. Ruas e janelas adornadas — e nestas o realce ainda de muitas senhoras. Procissão numerosa e diversa — em que se integravam, nomeadamente, a irmandade da Rainha Santa, com o andor da padroeira, outras irmandades, os meninos órfãos, clero, lentes da Universidade, autoridades, uma (ou mais) filarmónicas, a força militar. Por entre as alas das irmandades, largas dezenas de anjos — *simbolizando* promessas e devoções.

No total centenas de pessoas em procissão. E no seu trânsito e nas eminências de um e outro lado do rio — povo em multidão. Ondas de romeiros ou *spectadores* — ondas de sentimentos. Contrastes.

Religiosidade e caridade entrelaçavam-se, com a distribuição de esmolas aos pobres.

A par das vivências religiosas, a cidade entregava-se a outras emoções.

Em diversos pontos — sobretudo na noite de sábado — Coimbra transformava-se em arraial popular.

A partir dos últimos anos do século XIX, o programa tenderia a diversificar-se, incluindo atraentes números. Entre eles os passeios fluviais no Mondego, em barcos ornamentados e iluminados.

Bem elucidativo das novas expressões que as festas iam assumindo será o programa de 1900, incluindo os seguintes números — um *concurso velocipédico*, a *serenata no Mondego*, uma *exposição pecuária* (iniciativa da Câmara Municipal), um *concurso de danças populares*, na praça 8 de Maio.

Em suma, as festas da Rainha Santa representariam em Coimbra a suprema expressão da devoção popular e do *espectáculo religioso*. Mas também, e cada vez mais, dariam azo a *espectáculos* de diversa índole. Evolução, em consonância com sentimentos e interesses vários, nomeadamente a consideração das festas como promoção da cidade e ensejo para benefícios materiais.

Em pleno Verão, quase à beira de despovoar-se (quando Agosto e Setembro surgissem), Coimbra tornava-se assim, em Julho, uma grande cidade, por breves dias. O quotidiano suspendia o seu curso normal e recriava os ritmos e os ritos da festa. Numa síntese de emoções de sentido religioso e profano. Campo e cidade *reencontravam-se*...

Outras festas religiosas assumiam grande relevo em Coimbra. Em Agosto (ou Julho) festejava-se, na Sé Catedral, *Nossa Senhora da Boa Morte*, por iniciativa da sua confraria.

A festividade realizava-se num domingo, havendo de tarde procissão, percorrendo diversas ruas da alta.

Na véspera, à noite, havia fogo de artifício e música. Por ocasião das festas de 1899 surgiram também as *fogueiras*. Ou seja, como frequentemente sucedia, a festa associava devoção e diversão.

Referenciaram-se alguns exemplos de importantes manifestações religiosas que periodicamente aconteciam em Coimbra. Acidentalmente outras se registavam — caso das *procissões de penitência*, em tempo de epidemias (caso da *cólera*) ou de outras calamidades (secas ou chuvas prolongadas, por exemplo). Actos impressionantes de religiosidade e de angústia que perpetuam anteriores comportamentos e mentalidades, inseridos numa concepção marcadamente sobrenatural e providencialista do mundo terreno e da condição humana. Manifestações de *piiedade tradicional*.

Entre vários exemplos disponíveis, limito-me a referir a *procissão de penitência* da Venerável Ordem Terceira, na noite de 10 de Junho de 1870, após alguns dias de preces públicas, na sua igreja do Carmo, implorando da misericórdia do Altíssimo a chuva. A procissão, composta pelos meninos órfãos e pela irmandade, levava os andores da Rainha Santa Isabel, do Senhor dos Passos e S. Francisco, da Senhora da Soledade e do Senhor na nuvem. E o povo acorreu em massa. Segundo *O Tribuno Popular*, a multidão imensa que seguia atrás da procissão contaria mais de 6000 pessoas.

Na própria cidade — expressivos ecos do mundo rural. Problemas do tempo e das colheitas. Problemas da vida e dos destinos humanos. Problemas terrenos, soluções divinas.

De tudo o que aponte, poder-se-á inferir que os actos de culto e as manifestações exteriores de religiosidade continuavam a impregnar a vida de Coimbra — em contraste com a evolução progressivamente laica ou dessacralizadora de outras áreas (bem perto algumas, caso da Figueira da Foz, segundo Rui Cascão).

Para tal concorrerem, entre outras razões, a pequena dimensão da cidade, as limitadas alterações do quadro social, a persistente influência do clero e das confrarias, a relativa conciliação entre liberalismo e Igreja, os laços entre campo e cidade.

Inúmeras festas tinham Coimbra por cenário. E tantas *romarias* em seus arredores. A mais concorrida e recordada repetia-se anualmente em Santo António dos Olivais.

A romaria do *Espírito Santo* realizava-se em princípios de Junho ou por meados de Maio. Iniciava-se sempre num domingo, durando normalmente três dias. Todavia, a partir de finais do século alongou-se por toda a semana.

Atraía milhares de pessoas — da cidade, das aldeias circunvizinhas e mesmo de outras terras exteriores ao concelho. Milhares de pessoas, em romagem ou em passeio.

A festa não se confinava ao local, antes irrompia em alguns pontos do itinerário dos ranchos de camponeses e camponesas (ricamente vestidas/enfeitadas).

Itinerários de festa, acordando desejos de romaria, convergindo para Santo António dos Olivais, onde variavam os motivos de atracção — um cenário natural encantador; a alegria dos descantes e das danças populares, armando «rodas e rodas...»; o prazer e o convívio das merendas à sombra dos pinheiros; o vinho e os petiscos; os objectos de barro apresentados por vendedores de Miranda do Corvo.

De Coimbra ali iam artífices e operários, caixeiros, criadas de servir, burgueses, muitos estudantes.

Já se disse que a festa atraía imensa gente e que a sua duração se foi prolongando. Mas em seu calendário, a romagem diferenciava-se socialmente. Assim, por exemplo, em 1900 (segundo refere *O Conimbricense*), no domingo (3 de Junho) pertenceu ela «aos empregados do commercio», na segunda-feira «aos ranchos de camponeses e às criadas de servir», na terça-feira, «à gente seria e grada da terra, quarta e quinta-feira aos pacatos, e ainda sexta e sabbado aos predilectos da festa, que levavam a semana de princípio ao fim, fazendo uma digressão diaria àquele formoso arrabalde».

A par da diversão, assinalavam-se por vezes, naturalmente, desordens. Por motivos diversos — provavelmente os efeitos do vinho, as tensões psicológicas e sociais, as rivalidades, os jogos do amor e do ciúme, etc. Algumas das *rixas* envolveriam estudantes e *futricas*.

Outra romaria ligada a Coimbra — a justificar, também ela, uma referência particular — era a da *Senhora da Nazareth*, que se venerava na sua capela da Ribeira de Frades.

A esta romaria, em 15 de Agosto, concorria muita gente de Coimbra e dos lugares próximos.

Como era da tradição, de manhã partia desta cidade o círio da Senhora da Nazareth. A bandeira regressava à noite e era aguardada por muito povo na ponte e nas suas imediações, após uma tarde de diversão e folguedos no rio — «com as merendas pelo areal, além...» — ou no Choupal, enquanto se esperava a volta dos romeiros.

Tradicionalmente, acompanhavam o círio grande número de cavaleiros. Mas tão vistoso cortejo alterou-se em finais do século, substituindo-se a cavalgada por um séquito de trens embandeirados.

Da Primavera ao Outono, inúmeras eram as festas e *romarias*. Em muitas mais — umas bem perto, outras já longe — participava gente de Coimbra.

Festas e romarias — itinerários de devoção e de sociabilidade; viagens reais da imaginação, além do quotidiano. Invenção de outros universos...

Mas regressemos a Coimbra, onde a festa outras imagens assumia. Em Junho, o fascínio das *fogueiras*...

2.1.2. Os Santos Populares e a festa das fogueiras

Em Maio e Junho florescia a natureza e floresciam os sentimentos. Era tempo de *festas populares*, inseridas na *estação do amor* (na sugestiva expressão de Júlio Caro Baroja). Manifestações marcadamente profanas que enquadravam o solstício de Verão, desenrolando-se sob o signo da vegetação, do fogo e da água.

Em tal *ciclo* se integravam os festejos dos *Santos Populares*. Em Coimbra — como em tantos outros locais e regiões — veneravam-se eles em alguns templos. Mas, sobretudo, eram pretexto para animados divertimentos, especialmente S. João e S. Pedro (já que o dia de Santo António, a partir de finais do século, passaria quase despercebido).

As *fogueiras* de S. João marcavam Coimbra na *eternidade* de uma só noite.

Tinham lugar aquém e além ponte (desde *Fora de Portas* até à *Arregaça* e desde a *Arregaça* até *Santa Clara*), armando-se em locais diversos e atraindo gente de todas as condições. A festa tornava-se «universal», atenuando barreiras e dicotomias sociais.

Noite do povo de Coimbra. Festa de *tricanas* e *futricas*. Mas também de estudantes — a quem, aliás, dispensariam elas maiores afectos (uma «infinita simpatia»), suscitando despeitos e ironias em seus outros enamorados.

Noites de S. João — incendiando de alegria a cidade, em diferentes sítios. E quando o dia já despontava, convergiam os ranchos para a *Fonte do Castanheiro*.

Tempos de tradição. Mas em mudança. Da festa na rua, espontânea e universal — em miscelânea de canções antigas — foi-se caminhando para a festa *ensaiada* e *restritiva* e para o *espectáculo*: «as *fogueiras* com *pavilhões*, devidamente construídos e ornamentados,

onde se exibiam *ranchos* previamente ensaiados, com músicas e letras feitas de propósito para a ocasião» (Nelson Correia Borges).

Mudanças (a par de outras) censuradas por muitos. «Adeus, fogueiras!» — diria Trindade Coelho (e quantos mais), recordando as do seu tempo.

S. Pedro fechava o ciclo festivo. Repetiam-se, em muitas ruas da cidade e em Santa Clara, as *fogueiras*, que em alguns anos levariam a palma às do *Santo precursor*.

Em suma, os *Santos Populares* marcavam as noites de Coimbra, em momentos inesquecíveis de diversão, de amores, de poesia e de saudade. Ainda que, como inevitável seria, algumas vezes eclodissem conflitos...

Eventualmente, tais festejos poderiam também propiciar actos de caridade. Em 24 de Junho de 1885 (segundo notícia de *O Conimbriense*), realizar-se-ia «no largo do Romal um bazar de prendas em honra do popular S. João», destinando-se o seu produto «a socorrer as famílias mais necessitadas» da freguesia de S. Bartolomeu.

Ligadas aos *Santos Populares*, as *fogueiras* reapareceriam em outras ocasiões — nas festas da Rainha Santa e também (como já se registou) nas da Senhora da Boa Morte, em 1899.

Festividades religiosas — romarias — *fogueiras* de S. João, exemplos de festa já referenciados. Sociabilidade em dimensões conservadoras e tradicionais. Embora com algumas linhas de mudança.

Ao mesmo tempo, novos ritmos da história. E com eles, o aparecimento de novas formas de sociabilidade, sob o signo de outras festas. Que exemplificarei nos tópicos imediatos.

2.1.3. Festas cívicas e comemorativas

O século XIX registou profundas alterações sócio-económicas, políticas e institucionais. Com elas, a luta política e ideológica emergiu progressivamente — dividindo liberais e *tradicionalistas*, *moderados* e *radicais* no quadro do constitucionalismo liberal, monárquicos e republicanos, republicanos e socialistas, etc.

Por via disso — e por outras razões — a centúria de oitocentos cultivou a *memória política*, exaltando e comemorando determinadas figuras e acontecimentos. Ou seja, fomentou-se a *feita cívica* ou *patriótica* em defesa de passadas glórias (antigas ou recentes) e, sobretudo, de novos valores e instituições.

Evocação do passado, culto cívico dos mortos — salvaguarda da «memória colectiva», invocação do passado «em nome do imperativo futurante da história» (segundo a expressão de Fernando Catroga).

Festa moderna, dessacralizando e sacralizando (em horizontes de *religiosidade cívica*; em contornos de *sacralidade laica*).

Coimbra não se alheou de tais processos e tendências. Da *nova festa* são vários os exemplos. De alguns somente se mencionarão pequenos registos.

1. O 8 de Maio

Coimbra e a sua região foram teatro de muitos episódios nas dramáticas lutas entre *liberais* e *miguelistas*. Aqui, o triunfo da nova ordem desenhou-se em 8 de Maio de 1834 — com a entrada na cidade do Mondego do *exército libertador* (na expressão dos seus partidários).

Data posteriormente assinalada na toponímia de Coimbra (ao denominar-se, em 1874, de *Praça 8 de Maio* o antigo *Terreiro* ou *Largo de Sansão*). E data que festivamente se distinguiria no *calendário comemorativo*, segundo manifestações diversas.

Na imprensa liberal — com destaque para Joaquim Martins de Carvalho em *O Conimbricense* — sempre aquele aniversário foi devidamente exaltado como um grande marco nos anais da liberdade.

Oficialmente, assinalava-se o evento com as *demonstrações do estilo*: filarmónicas e foguetes, iluminação de alguns edifícios, feriado nas repartições públicas, a tropa vestindo de grande gala, etc.

Quanto a outros actos e gestos — reais ou simbólicos — limito-me a referenciar alguns dos principais.

a) Em 8 de Maio de 1853, trezentos *artistas* de Coimbra comemoraram aquela data com uma verdadeira «festa do trabalho». Foram passar o dia (um Domingo) à «pitoresca e poética» Quinta de Vila Franca (um pouco acima da Lapa dos Esteios), em passeio fluvial (*O Observador*).

b) Em 8 de Maio de 1875, houve diversas manifestações, devidas à iniciativa dos cidadãos.

Fundou-se a *Associação liberal de Coimbra* (ligada à maçonaria). Na madrugada desse mesmo dia surgiu aberta à circulação pública a nova ponte sobre o Mondego, sem que, contrariamente ao previsto, houvesse formalidades oficiais. Na falta da inauguração solene — o que suscitou «severos commentarios» e «asperas censuras» — fez-se ela de outros modos. Nomeadamente por intermédio da referida *Associação liberal* e da *Associação Comercial*.

Também os moleiros de Cernache (onde a indústria da moagem atingia grande importância) e de outros sítios quiseram manifestar a sua alegria pela abertura da ponte — «conduzindo perto de 200 cavalgadas carregadas de farinha, e formando extensíssimo prestito, à frente do qual vinha uma gaita de folles, e uma bandeira em que se lia — *Viva a Carta Constitucional e El-Rei o sr. D. Luiz 1.º*, pediram

licença para entrar na cidade, e assim percorreram algumas ruas, parecendo um comboyo de viveres de um exercito» (*O Tribuno Popular*).

À noite, as comemorações foram coroadas com um sarau «político-artístico-musical» na sede da *Associação dos Artistas*, a que terão concorrido mais de 2000 pessoas. E em que o poeta Gonçalves Crespo recitou «um canto à liberdade», alcançando grande triunfo.

c) Prática algo habitual seria (por iniciativa de Joaquim Martins de Carvalho, com o auxílio de alguns amigos) a distribuição de esmolas a muitas famílias da cidade. Ou seja, a *festa moderna* incorporando *gestos tradicionais*...

Após algumas décadas de entusiasmo festivo, aconteceria, perto de finais do século, o quase esquecimento. Devido à mudança das gerações, da história e da vida, progressivamente se foi desvanecendo — passando quase despercebida (salvo num ou noutro ano) — a «gloriosa» data.

2. O Centenário de Camões

As últimas décadas do século XIX foram teatro de uma «onda comemoracionista» (na expressão de Fernando Catroga), assinalando alguns *centenários*. Numa visão «pedagógica» da história — comemoração do passado ao serviço (político-ideológico) do presente e do futuro.

Em 1880, celebrou o país, numa maré de patriotismo, em conjuntura de novos tempos, o tricentenário da morte de Luís de Camões, cantor épico das glórias nacionais, quando a nação «agonizava». Nação que o homenageado, em sua distinta individualidade, simbolizava.

Em Coimbra, os festejos principais deveram-se à Academia.

Em 1880, as festas do centenário tiveram lugar de 8 a 10 de Junho, constando dos seguintes números: uma *serenata académica* (em honra dos habitantes de Coimbra); a *inauguração do retrato de Camões*, no gabinete de leitura do *Club Académico*; um *sarau*, no *Teatro Académico*; e, finalmente, no dia 10, o lançamento da primeira pedra do monumento a Camões, na alameda da *Rua Larga*, assistindo mais de 2000 pessoas.

Outras manifestações mais ocorreram — a festa da Universidade, na magestosa sala dos actos grandes, o *sarau* do *Instituto de Coimbra*, na mesma sala, e uma sessão do *Centro promotor de instrução popular*, a que se seguiu um «*sarau dançante*».

O referido monumento veio a ser inaugurado em 1881, em novas festas camonianas, de 5 a 8 de Maio, cujo programa incluiu: um *passeio fluvial* à *Lapa dos Esteios* ou *dos Poetas*; o *préstimo da instrução* — que partiu do pátio da Universidade, dirigindo-se, depois de percorridas várias ruas da *alta* e da *baixa*, ao *Largo da Feira*, onde foram

distribuídos exemplares dos *Lusíadas* aos alunos das escolas primárias e dos asilos de Coimbra; um *concerto* nocturno no pátio da Universidade (com a participação de uma orquestra, com mais de uma centena de músicos, e do *Orfeón Académico*); um *sarau literário-musical*; enfim, no dia 8 de Maio, inauguração solene do *monumento a Camões* e, à noite, novo *concerto* pelo *Orfeón* no pátio da Universidade.

Em suma, em memória de Camões — assinaladas festas da Academia. Uma Academia que simbolizava o futuro e a cidade. E entre esta e os seus estudantes — por sobre tradicionais rivalidades e desarmonias — mais laços de aproximação a festa tecia.

No ano imediato celebrou também a Academia, o *centenário do Marquês de Pombal*, culminando tais comemorações com um *comício antijesuítico*. Centenários... confrontos de forças e ideias... Afirmação do movimento republicano, em ambos os casos.

3. O 7.º Centenário de D. Afonso Henriques — 1885

Passou, em 1885, o sétimo centenário da morte de D. Afonso Henriques, cujas cinzas Coimbra guardava (e guarda) no túmulo de Santa Cruz. Daí que germinasse e progredisse a ideia de se comemorar o evento com uma grande *manifestação patriótica*, em 6 de Dezembro, em memória do primeiro rei de Portugal.

Partiu a proposta de Joaquim Martins de Carvalho, vindo a encontrar grande acolhimento na opinião pública e nas instituições da cidade.

A Câmara Municipal, a pedido de uma comissão, incumbiu-se da organização do *cortejo cívico*, que gerou grande entusiasmo e animação em Coimbra, por parte dos seus habitantes e de várias associações — desejosas de se incorporarem, como classe, naquela manifestação.

A 6 de Dezembro (um domingo) realizou-se o cortejo, superior a 2000 pessoas, em que, como era vulgar, tomaram parte as duas filarmónicas de Coimbra — a *Conimbricense* (esta a abrir) e a *Boa União* — e a banda marcial de infantaria 23 (a fechar o préstito).

Safu dos paços municipais, percorreu algumas ruas da *baixa*, terminando na igreja de Santa Cruz, onde foram depositadas no túmulo régio as numerosas coroas que levavam as diversas associações e escolas populares.

Imenso povo, tanto da cidade como das aldeias, presenciou o cortejo.

Em conclusão, uma impressionante «festa patriótica» — a que «a classe popular» (além da academia e de algumas autoridades) dispensou grande acolhimento. As «classes populares» — mundo simultaneamente uno e diverso, conforme simbolizavam as bandeiras das várias associações — imprimiram, assim, uma dimensão e um significado especiais à manifestação.

Festa patriótica — festa popular — imagem de Coimbra. Ou melhor, imagens de Coimbra... Que a noite prolongou com o sarau realizado na *Associação dos Artistas* para comemorar o seu 23.º aniversário e o 7.º centenário do rei.

4. 28 de Maio de 1890 — Grande Manifestação Popular em honra de Joaquim António de Aguiar

Joaquim António de Aguiar — destacada e polémica figura do liberalismo triunfante de 1834 — era filho de Coimbra. E em diversas ocasiões, numa «estratégia apostada em assimilar as tradições progressistas da história» (conforme sublinha Fernando Catroga), se honrou a sua memória e se evocou a sua obra.

Tal sucedeu em Dezembro de 1875, com a trasladação, em comboio, das suas cinzas para Coimbra. Na Sé Catedral se celebraram solenes exéquias, com enorme e diversíssima concorrência, seguindo-se o cortejo fúnebre, encabeçado pela Câmara Municipal, até ao cemitério da Conchada, onde fora erguido um mausoléu.

Tão numeroso era o povo que foi ver o cortejo e demais actos que ocupava toda a colina da Conchada, alameda e cemitério.

Aparatosa solenidade (à semelhança de várias outras — caso dos imponentes funerais de José Falcão, em 14 e 15 de Janeiro de 1893). Homenagem à memória de um homem e a um regime. A comemoração fúnebre — sentimento, simbologia e espectáculo.

Alguns anos depois, em 1883, aconteceu «a sua glorificação, juntamente com Pombal, no cortejo cívico em honra do ensino realizado em Coimbra» (Fernando Catroga).

Outro momento alto — que destaquei em título — ocorreu em 1890.

Encaminhava-se o século XIX para o seu ocaso. Fim de século — normalmente associado a «decadência»...

Anunciavam-se tempos de crise. Surgiam novos problemas e discordâncias. Reapareciam antigas questões, querelas e divisões.

Temiam determinados quadrantes (liberais e republicanos), a partir de alguns episódios e tentativas, a restauração das ordens religiosas, que associavam a *fanatismo* e *reacção*. Daí a agressiva campanha na imprensa e as iniciativas a favor de uma *grande manifestação anti-reaccionária* (título de um artigo de fundo de Joaquim Martins de Carvalho), homenageando, mediante um *grande préstimo cívico*, Joaquim António de Aguiar (e a sua obra) no próximo aniversário — o 56.º — do decreto que extinguiu as ordens religiosas (28 de Maio de 1834).

A comissão promotora convidou, em 18 de Maio de 1890, as diferentes corporações, sociedades e agremiações de Coimbra a incorporarem-se no anunciado cortejo — aderindo muitas delas com entusiasmo.

Na imprensa se publicou, naturalmente, o sugestivo (pela sua própria formulação) *Programa do préstito cívico, que em commemoração do decreto que expulsou os frades — inimigos tenebrosos e irreconciliáveis da civilização — irá depor uma corôa de flores sobre o tumulto de Joaquim António de Aguiar, como homenagem de reconhecimento publico e afirmação dos sentimentos de amor à Liberdade e à Pátria, que animam a cidade de Coimbra, berço do grande estadista.*

Na tarde do dia 28 de Maio (depois das cinco horas), realizou-se, a partir da Praça do Comércio, o imponente cortejo (nele figurando uma «grandiosa estatua da liberdade» e um «interessante carro do Trabalho»), em direcção ao cemitério de Conchada.

Novamente o povo em multidão. E também, como de costume, alguns discursos (entre eles os de dois académicos).

A quase totalidade dos oradores abordou o assunto especialmente sob o aspecto político, excepto o espanhol Antonio Gurri (empregado na fábrica de lanifícios de Santa Clara) — a nível religioso — e José Pereira da Cruz (operario e redactor da *Voz do Artista*), «pelo lado socialista, tratando de reivindicar os direitos da classe operaria, e protestando contra o agravamento dos impostos», em preparação, tornando «ainda mais dura a situação dos trabalhadores» (*O Conimbricense*).

Enfim, manifestação popular. Festa e luta, político-ideológica e social. Defesa do progressismo liberal, contestação do presente. Antigos e novos figurantes e protagonistas. Antigos e novos símbolos. Alguns sinais — já, aliás, igualmente perceptíveis em anteriores comemorações — de outras festas e de outros préstitos, nomeadamente os do futuro *1.º de Maio*. Ainda e sempre — imagens de Coimbra, em suas convergências e diferenciações. Com novos exemplos da vida associativa. Ainda e sempre, a rua como cenário e espectáculo. A rua, prazer e ilusão das multidões... Cortejos cívicos, as novas proclamações, a sacralização de outros valores.

Por aqui se não ficariam as frequentes homenagens a Joaquim António de Aguiar, «em directa correlação com o empolamento e a actualidade da *questão religiosa...*» (segundo Fernando Catroga). Transitariam do passado para o futuro imediato. Inclusive por via do operariado.

Assim, por exemplo, em 28 de Maio de 1905 (71.º aniversário do famoso decreto) iria um grupo de operários de Coimbra ao cemitério da Conchada «depôr uma corôa de flores no tumulto do antigo ministro de D. Pedro IV.» (*O Conimbricense*). E em 26 de Maio de 1907 — no 33.º aniversário do seu falecimento — iria também um grupo de operários ao mesmo cemitério «cobrir de flores o mausoleu que encerra as venerandas cinzas (na expressão do *Tribuna Popular*) de Joaquim António de Aguiar».

Homenagens cívicas aos mortos. Arvorados em servidores dos vivos. Individualizar, *florir* e *disfarçar* a morte. Em curso já avançado de relativa *laicização*.

Expressões também, entre tantas outras, de sociabilidade operária.

2.1.4. Festas do trabalho, em especial o 1.º de Maio

«Festas do trabalho» — qualificação corrente no século XIX. Sem dúvida, ambígua ou mesmo contraditória. Mas também *sugestiva* e parcialmente insubstituível.

Abrangiam elas um variado leque de manifestações e realizações. E assumiam contornos, significados e dimensões distintos.

Algumas delas só parcialmente o eram quanto aos participantes. Ou seja, correspondiam a actos em que a par do «mundo do trabalho» (ou das «classes populares») intervinham, por vezes decisivamente, actores de diferentes quadrantes e posições sociais.

E mesmo a designação genérica de «classes populares» encobre significativos níveis interclassistas; assim como, a expressão muito vulgar (inclusive por parte de algum operariado) de «artistas».

Outras «festas» — sobretudo as que partiam das *associações de classe* e as que se desenrolaram em torno e a propósito do *1.º de Maio* — eram, fundamentalmente, típicas manifestações *populares* (em termos sociológicos) e, ao menos tendencialmente, afirmação e sociabilidade da «classe operária»...

«Festas do trabalho» — nuns casos, simples divertimento ou manifestações de convivialidade. Noutros, a afirmação social, sob diferentes aspectos. E quantas modalidades mais... (inclusive *exposições industriais*).

A vida associativa foi intensa e variada em Coimbra, no período em análise. Temática que oportunamente se abordará.

O *associativismo popular* atingiu significativa expressão. E algumas das suas realizações equivalem a sugestivas *festas do trabalho* — nomeadamente os *saraus* comemorativos, destacando-se os da *Associação dos Artistas* (a que concorriam — para além de grande número de sócios e de suas famílias — muitos convidados de todas as classes; alguns dos quais intervinham de modo activo, caso dos estudantes que proferiam eloquentes discursos ou recitavam poesias).

Além disso, os próprios locais de trabalho constituíam, obviamente, em determinadas circunstâncias, espaços de sociabilidade informal e, por vezes, assinalando alguns acontecimentos ou efemérides, congregavam-se em «festa» patrões e trabalhadores.

Mas é o *1.º de Maio* que, sobretudo, intento realçar. A sua consagração como dia internacional dos trabalhadores prende-se, em grande parte, com as lutas dos operários dos Estados Unidos pela limitação

da jornada de trabalho a oito horas. A greve de 1 de Maio de 1886, em Chicago, foi enlutada por acontecimentos sangrentos nos dias imediatos, fazendo daquele dia uma data inesquecível na história do movimento operário.

Os Congressos Socialistas, realizados em Paris em Julho de 1889, decidiram fazer do 1.º de Maio de 1890 uma grande manifestação internacional. Decisão, aliás, ao encontro da já assumida pela *American Federation of Labor*, no seu Congresso de Dezembro de 1888 em Saint-Louis.

A escolha da data simboliza a homenagem às vítimas de Chicago. Mas decorreu igualmente de outros factores. Inclusive parece certo filiar-se, de algum modo, em antigas tradições europeias que celebravam *Maio* como tempo de regeneração da natureza. Tradições que enquadravam actos diversos, entre eles as populares *maias*. Entre a festa operária e os ritos da *Primavera* haveria assim analogias, exprimindo, até certo ponto, as origens rurais de grande parte do operariado.

Portugal não se atrasou neste movimento, participando logo nos seus inícios, especialmente por intermédio de Lisboa e Porto.

Na trilogia — *festa, luto, luta* — se inscreveriam os *primórdios do 1.º de Maio em Portugal*, segundo, bem recentemente, sublinhou Fernando Catroga num interessante artigo assim intitulado.

Em Coimbra a comemoração daquela data demoraria quase até ao final do século. Atraso ditado, certamente, pelo contexto sócio-económico e pela limitada representatividade do operariado e do ideário socialista.

No entanto, já em 11 de Novembro de 1890, à noite, tivera lugar nesta cidade uma *reunião operária*, promovida pelo *Grupo Primeiro de Maio* (ou *Grupo operário socialista revolucionário*), a fim de comemorar os trabalhadores executados em tal dia do ano de 1887, em Chicago, na sequência dos trágicos acontecimentos de 1886.

Mas foi a partir de 1898 que as associações operárias assinalaram publicamente o 1.º de Maio. Mas com interrupções — por exemplo em 1902 (devido, provavelmente, ao facto de se encontrar encerrada a Universidade, por motivo de um conflito entre estudantes e a polícia). E em 1904 e 1905 passou quase despercebido.

Comemorou-se ele em Coimbra segundo um modelo já corrente, adoptando-se, portanto, basicamente, anteriores ensaios e o figurino de outros centros. Melhor dizendo, o figurino de Lisboa — já que (ainda segundo Fernando Catroga) a capital «foi o centro modelar e irradiador da jornada».

Jornada festiva e reivindicativa, mas também, ou sobretudo, de *luto* (repite-se), em termos, aliás, relativamente indissociáveis. Cingia-se, na sua essência, a um *cortejo cívico* que integrava diferentes associações em romagem ao cemitério da Conchada.

A dimensão festiva evidenciava-se em diversos sinais. Desde logo na congregação operária. E em muitos mais. Entre eles, a música das filarmónicas, os foguetes, os carros alegóricos, as bandeiras de seda vermelha. Aliás, o próprio cariz reivindicativo (mediatizado por discursos, manifestos, etc.) podia *encenar-se* em gestos e representações festivos.

As 8 horas de trabalho constituíam uma das reivindicações principais. Conquista demorada. Em Coimbra, foi o pessoal empregado nos fornos da fábrica do gás quem primeiramente beneficiou dessa regalia, adoptada pela Câmara Municipal a partir, justamente, de 1 de Maio de 1905. Daí que, em sinal de reconhecimento, ainda neste dia se queimassem «algumas girandolas de foguetes em frente dos paços do concelho no momento em que uma comissão do mesmo pessoal alli entrava para manifestar o seu agradecimento ao sr. presidente da camara» (*O Conimbricense*). No ano seguinte os *gazomistas* testemunhariam, de novo, e de forma bem significativa, o seu reconhecimento. No 1.º de Maio de 1906, o carro que transporta o carvão da fábrica do gás para as máquinas elevadoras da água andava «lindamente ornamentado, tendo à frente o seguinte letreiro: *8 horas de trabalho — os operarios muito reconhecidos agradecem*» (*O Conimbricense*). E na festa do ano seguinte, a bandeira da *Associação dos Gasomistas* panteava numa das legendas — «8 horas de trabalho».

O préstito do 1.º de Maio organizava-se no largo da Sé Nova, descia à baixa e subia ao cemitério da Conchada. Ali se desenrolava todo um *ritual*: de palavras (em discursos de operários) e de símbolos — as flores espalhadas sobre a vala comum e também, por vezes, a deposição de coroas nas sepulturas de alguns operários. Por exemplo, em 1906, — nas de «Adelino Veiga, Alberto Vianna, José Simões de Carvalho Pio, Antonio Mano, Francisco Pato, e das victimas dos acontecimentos de Março de 1903» (*O Conimbricense*).

O cortejo do 1.º de Maio significava um acto público de afirmação do operariado, na sua unidade e diversidade — reais e simbólicas.

Uma festa da *diferença*, relativamente aos grupos sociais dominantes. *Diferença* na vida e recordação da *desigualdade* na morte. Diferenças assumidas, mas também diferenças recusadas — ao projectar-se um futuro de progresso e ao homenagear-se colectivamente a memória dos companheiros desaparecidos, «libertando-os» do esquecimento.

Juncar de flores a vala comum ou sobre ela desfolhar rosas eram lindos e poéticos gestos de saudade e de solidariedade; mas também gestos de *revolta* — a *recusa* da morte *anónima* e a denúncia das desigualdades.

Florir a morte dos esquecidos e apartados na *vala geral* seria também *florir* a vida de outras esperanças. Simbologias de Maio, quando a natureza mais floresce e os homens dela colhiam os ramos que, em festas diversas, adornavam suas crenças e aspirações.

As romagens do 1.º de Maio inserem-se, aliás, numa linha de anteriores ideias e comportamentos. E de há muito que a individualização e a dignificação pública da morte eram anseios que motivavam as próprias *classes populares*.

Refira-se, por exemplo, que, frequentemente, as *sociedades de socorros mútuos* não cuidavam apenas da vida, facultando *subsídios de funeral* para que este se realizasse «com a possível decência». Além de que, em muitos casos, as *sociedades* se faziam representar nos funerais dos associados.

O enterro de artífices ou de operários constituíam, por vezes, impressionantes manifestações de pesar e de solidariedade, com a participação de centenas de operários (e de pessoas de diferente condição). Um exemplo — em 18 de Maio de 1885, o funeral de um tipógrafo (Feliciano de Paula e Silva) foi acompanhado até ao cemitério por mais de 500 operários, fechando o préstito a filarmónica *Boa-União*. Junto da campa foram-lhe oferecidas duas coroas de saudade e discursaram cinco operários (entre eles Adelino Veiga).

Ainda quanto ao 1.º de Maio, que significado atribuir à saída do cortejo do *Largo da Feira*, coração da «alta» e da cidade universitária?

Dever-se-ia tal facto, simplesmente, às excelentes condições de reunião oferecidas pelo local ou a determinações administrativas e policiais em ligação com a proximidade do próprio Governo Civil? Ou, pelo contrário, pretender-se-ia, objectiva ou subjectivamente, ostentar, ali mesmo, a *diferença* e a afirmação do «povo trabalhador»? Ou então, mais que (ou em vez de) significar dicotomias e contrastes, tratar-se-ia de testemunhar e reconhecer os apoios e a solidariedade que uma parte da mocidade académica sempre dispensou à «causa» dos trabalhadores?

1.º de Maio — festa real e *imaginária*, arvorando bandeiras e alegorias, desfolhando rosas e ilusões...; festa do operariado de Coimbra. Mas também festa da cidade, na sintonia de diferentes gestos e imagens. Conforme sugerem, por exemplo (em 1907), as muitas flores que, de muitos dos prédios das diversas ruas por onde passou o cortejo, foram lançadas sobre os operários.

Das *antigas* às *novas* festas, quantos exemplos já referenciados. Num percurso que, em limites genéricos, nos conduziu da *festa religiosa* à *festa laica*. Mas também algo *profana* a primeira — e algo *sacralizada*, a segunda.

Percurso já longo; mas ainda assim bastante limitado. Com alguns outros breves exemplos da *festa estudantil* avançaremos um pouco mais. Novamente em horizontes de tradição e de mudança. E em outros espaços e imagens de sociabilidade. Imagens de Coimbra, sempre.

2.1.5. A festa estudantil

Os estudantes, além de interferirem em linhas e sectores de *sociabilidade geral*, geravam formas peculiares e relativamente autónomas de sociabilidade, a vários níveis.

No calendário inscreviam-se algumas importantes solenidades académicas e religiosas e manifestações diversas de *festa estudantil*.

Em 8 de Dezembro, celebrava a Universidade a festividade da Imaculada Conceição. Além disso, nesse mesmo dia (ou, a 16 de Outubro, a partir da década de 1870 e até perto de finais do século — quando se regressou à primitiva data) costumava proceder-se à solene distribuição dos prémios aos alunos distinguidos no ano lectivo anterior. E, pelo menos em alguns anos, à noite, havia baile no *Paço das Escolas*, dado pelo prelado da Universidade em honra dos estudantes laureados.

Só que, a graça, a crítica e a imaginação estudantil se aproveitariam da ocasião para outra *festa* — os *excluídos* daquele baile, provavelmente demasiado formal, costumariam *parodiá-lo*, nas proximidades... Imagine-se em que moldes... O *baile dos ursos* virava em *baile dos cábulas*, ao ar livre.

Em cada ano, muitas e contraditórias surpresas e iniciações aguardavam os *novatos* ou *caloiros*, sujeitos às tradicionais *troças* e a outras *praxes*. Para os estudantes que iriam partir, sobressaía a preparação e a consumação das *festas de despedida*.

Em Março, Abril ou Maio realizavam-se as *récitas dos quintanistas* de Direito — em associação, alguns anos, com os de Teologia.

As *récitas de despedida* institucionalizaram-se a partir, sensivelmente, de 1870, entrando na tradição universitária. Atraíam a Coimbra muita gente, especialmente as famílias dos novos bacharéis.

Constava a *récita* de uma peça, habitualmente escrita por alguns dos quintanistas. Na mira dos estudantes estariam, sobretudo, factos, episódios e tipos do ambiente académico e coimbrão.

A representação cabia ao próprio curso. Diversos outros números integravam o espectáculo — uma *balada de despedida*, cantada por todo o grupo de quintanistas, fados e recitação de poesias, etc.

Era já madrugada quando as *récitas* terminavam. Noites de festa estudantil. Noites de esfusiante alegria. E já de saudade, num adeus que assim principiava.

Avançava o ano escolar para o termo das aulas. Em Maio, na segunda quinzena normalmente, punha-se *ponto* na Faculdade de Direito. Ocorria, então, a festa das *latas* ou *latadas*. Os estudantes daquela Faculdade festejavam o *ponto*, indo à porta dos demais — ainda com aulas — tocar as *latas*.

Perto de finais do século, estaria em declínio esta tradição. E, em contraste com a «inferneira das latas» — dos «latíferos concertos» —, outras formas de festejar o *ponto* haviam surgido, nomeadamente *tocatas* pelas ruas, *serenatas*, *passeios fluviais*.

Fim das aulas. Por Junho e Julho — os *actos*. E com eles a formatura de muitos. Motivo para festejar, de modo diverso. Em grupo era costume fazerem-no os *quintanistas de Medicina*.

Também neste caso (como em tantos outros), a festa envolvia gestos de beneficência, contemplando, por exemplo, pobres da cidade.

Por ocasião de algumas páginas marcantes no calendário e na vida escolar, a festa eclodia, pois, em Coimbra. Além disso, quantas outras noites de música, de poesia e encantamento os estudantes não inscreveriam na cidade e em suas margens.

Mas, em contraste, quantas vezes contra eles se clamava, por motivo de violências, «orgias», arruaças e destruições.

Turbulência e desordens — outras faces do viver estudantil.

Memoráveis ficaram algumas *festas gerais* da Academia. Caso de alguns centenários de inspiração *cívica* e *patriótica* — de que já se falou.

Como também já se referiu, nas últimas décadas do século XIX registou-se uma «onda comemoracionista», motivando a irreverência estudantil.

Tirando justamente partido da *moda* dos *centenários*, a Academia organizou, em fins de Abril de 1899, grandes festas comemorando o *Centenário da Sebenta* — numa síntese de diversão e de paródia crítica, relativamente à *mania* dos centenários e ao ensino universitário, simbolizado pela velha *sebenta*, uma verdadeira *instituição pedagógica*.

Com o *Centenário da Sebenta*, representou-se um verdadeiro «mundo académico às avessas», um *Carnaval* histórico e universitário, parodiando e criticando realidades e simbologias da vida escolar e da cidade universitária. Mas também do País...

Poucos anos depois — na mesma linha de crítica irreverente a instituições e tradições —, em 1905, celebrou a Academia o *Enterro do grau*.

Em diversas outras circunstâncias e em tantos episódios mais acontecia a festa estudantil, que, de variados modos, se projectava na *vida coimbrã* e nos «arquivos da memória»...

2.1.6. Outras manifestações diversas (referência)

Ainda sob o signo da *festa*, em sentido lato, a vida urbana constituía muitos outros quadros de sociabilidade. De alguns deles, algumas brevíssimas notas:

1. Bailes

Aconteciam em associações recreativas e culturais, dedicados aos sócios e suas famílias. Mas também em recintos públicos — teatros e cafés, por exemplo — e em casas particulares.

No Carnaval, era tempo de *bailes de máscaras*. Outros folguedos e divertimentos assinalavam o *Carnaval*, originando, por vezes, pequenos ou grandes incidentes, destacando-se os graves conflitos entre estudantes e populares, em 1854 (a *Entrudada*).

2. Passeios públicos e música

Coimbra dispunha de belos e amenos *passeios públicos* — nomeadamente *Jardim Botânico*, *Quinta de Santa Cruz*, *Estrada da Beira* (a partir do último quartel do século), *Cais* e *Ponte*.

Os referidos *passeios* funcionavam também como espaços de beneficência, designadamente com a realização de *bazares de prendas* a favor dos cofres de diversas sociedades e instituições de Coimbra. A tais actos — bem como, eventualmente, a iniciativas em *benefício* de indivíduos e de famílias pobres — se associavam prestimosamente as *filarmónicas*.

Um daqueles passeios — a *Estrada da Beira* —, no final do século XIX e inícios do século XX, seria também local de manifestações desportivas: corridas velocipédicas.

Passeios públicos — pontos de encontro, convergência de estudantes e *futricas*, reunião de famílias; lazeres e distrações; aparições femininas em público, ostentação burguesa de imagens e desejos; fugas à monotonia... em outras monotonias...

Passeios públicos — marés de música (especialmente aos domingos). Horas breves de «exibição mundana». Sociabilidade informal... solidariedades e *filantropia*...

3. Excursões

Viajar... passeios e convívios em outra dimensão. O século XIX, precursor em tantos domínios, *inventou* outras *peregrinações* e mais viagens, que os novos meios de transporte possibilitavam.

Desejo crescente de viajar que das *elites* se *transmitiu* às camadas populares.

Excursões diversas. Entre elas, as de *cariz associativo*, estreitando relações entre grupos e sociedades congéneres. *Excursões* em comboio, de bicicleta, etc.

A bicicleta — antes de tornar-se, fundamentalmente, uma máquina popular, utilizada em quotidianas deslocações de operários — iniciou-

-se e triunfou em *excursões* e em corridas desportivas. Novidades introduzidas em Coimbra, a partir de finais do século, por algumas casas e *sociedades* (caso do *Gymnasio de Coimbra*, promotor de *excursões velocipédicas* e também de *passeios pedestres*).

Viagens... *Sociabilidade itinerante*. Uma parte de Coimbra em *digressão*... Com intuítos diversos — recreativos, sociais, culturais.

Desejo de viajar... Numa cidade que todos os anos, na época estival, tantas partidas presenciava. Indivíduos e famílias em demanda do campo, das termas, das praias — especialmente da Figueira. Tentações do mar e tantas mais... Praias — um novo *cenário social* (na expressão de Alain Corbin).

4. Desporto e festas desportivas

Alguns *passeios* e *excursões* a que se aludiu inseriam-se já, parcialmente, no âmbito desportivo. Sobre o desporto, como factor de sociabilidade, gostaria de salientar o seu carácter festivo.

Assim, no *Gymnasio de Coimbra* realizavam-se saraus ginásticos e musicais (ou dramáticos, musicais e ginásticos).

Além disso, as *corridas velocipédicas*, organizadas por outras sociedades ou instituições (*Cyclo-Club de Coimbra* e *Gymnasio-Club*, por exemplo) enquadravam-se, igualmente, em verdadeiras *festas desportivas*.

As próprias *festividades religiosas* tenderiam a incluir na parte profana de seus programas números desportivos — nomeadamente de *ciclismo*.

E em honra dos membros do *Congresso nacional da tuberculose* (de 24 a 27 de Março de 1895) — promovido por estudantes de Medicina presididos pelo dr. Augusto Rocha — se organizaria (no dia 26) uma *corrida de velocipedistas*.

Primórdios do desporto. *Festa* em novas variantes. Confluências sociais. Atracção de pequenas multidões...

Referenciei até aqui, em diferentes espaços, diversas «imagens» e ocasiões de *sociabilidade* em Coimbra. Manifestações, na sua quase totalidade, *sob o signo da festa*, em antigas e novas modalidades.

Manifestações de *sociabilidade alargada*, na maioria dos casos; algo restrita, em alguns exemplos. Contrastes que intentei assinalar.

Muitos dos exemplos apontados inscrevem-se nos domínios da *sociabilidade informal*. Mas vários outros remetem-nos já para a influência das instituições e para a representatividade da *sociabilidade organizada*, no quadro de antigas e novas associações. E é do movimento asso-

ciativo que, embora resumidamente, pretendo agora falar, salientando a sua importância e variedade.

Afinal, a história das associações tem sido privilegiada em determinadas correntes historiográficas e o *associativismo* constitui relevante expressão da *sociabilidade*, enquanto complexa *vida de relação* e origem de múltiplos e sugestivos acontecimentos sociais. Ou seja, com o estudo da *vida associativa* é a própria história social que entra em questão...

2.2. Sociabilidade e vida associativa

2.2.1. Introdução: liberalismo e associativismo

O século XIX foi profundamente marcado pelo liberalismo. Ideologia que exalta e promove o individualismo. Com as *revoluções liberais* consumou-se a emergência do indivíduo, rompendo-se a sociedade *hierárquica* e *corporativa* do antigo regime.

Todavia, no quadro da *sociedade liberal* — tendencialmente individualista e *atomizada* — assistiu-se a uma progressiva institucionalização do *associativismo*. Realidade, aparentemente contraditória e paradoxal.

Até certo ponto, o movimento inscreve-se na própria lógica do liberalismo. A liberdade pressupõe, teoricamente, a livre iniciativa dos indivíduos. E estes — na defesa dos seus interesses ou ideais — tenderiam, naturalmente, a organizar-se em associações de diversa índole: sócio-profissional, política, cultural, etc.

Acresce que a *sociedade liberal* gerou novos problemas, correntes e aspirações que fomentariam o espírito associativo.

Depois, entre os indivíduos e os grupos despertariam sentimentos de concorrência. Pertencer a uma *associação* era também uma forma de afirmação — a conquista de uma segunda *identidade*. Por seu intermédio se acedia a *estatutos de igualdade* e se concretizava o desejo de *não ser excluído*...

O movimento associativo — apesar de contrariado, em algumas das suas modalidades — floresceu em toda a Europa liberal, particularmente nos meios urbanos.

Em Portugal, a partir de meados do século XIX registou um grande desenvolvimento, concorrendo para isso o clima de paz e de *conciliação* político-social instaurado pela *Regeneração*.

Em Coimbra atingiria significativa expressão — embora, naturalmente, muito aquém de cidades como Lisboa e Porto.

Sobrevivem algumas das anteriores instituições — caso das irmandades e confrarias (existindo em Coimbra em 1869, por exemplo, cerca

de 20, congregando largas centenas de *irmãos*). E criam-se muitas outras, parcial ou radicalmente novas.

Limitar-me-ei aqui a algumas alíneas, ainda assim reveladoras da importância da vida associativa.

2.2.2. Do associativismo mutualista ao associativismo de classe

Com o liberalismo extinguiram-se as corporações — estrutura inconciliável com os princípios liberais. Em Portugal a referida extinção ocorreu em 1834.

Criou-se, assim, um certo vácuo na organização sócio-profissional que, progressivamente, veio a ser colmatado, com novas formas associativas.

Alguns ideólogos advogavam o *associativismo*, considerando-o um instrumento de elevação e de libertação das classes trabalhadoras.

Numa primeira fase, que vai até princípios da década de 1870, o associativismo dominante era de tipo mutualista. Com as *associações de socorros mútuos*, visando a assistência na doença, na invalidez, na morte. Geralmente numa perspectiva meramente assistencial, «moralizadora» e «civilizadora».

Tais sociedades, na óptica dos regimes monárquicos, representariam uma espécie de *panaceia contra a miséria* e também *contra a revolta*, suscitando por isso (quer em Portugal, quer na França e em outros países) o seu encorajamento, em contraste com a desconfiança ou hostilidade relativamente a outras formas associativas, suspeitas de *subversão*.

Em 8 de Setembro de 1849 — dia escolhido por nele solenizar a Igreja a Natividade da Santa Virgem — criou-se, em Coimbra, a *Sociedade de Beneficência da Tipografia da Universidade*, instituída por pouco mais de uma dezena de tipógrafos. Anos depois passou a denominar-se *Montepio da Imprensa da Universidade* e, quase no final do século, intitular-se-ia *Associação de Socorros Mútuos da Imprensa da Universidade*.

Em Coimbra, coube, portanto, à «classe tipográfica» o lançamento duradouro da *primeira pedra do novo edifício associativo*. Aliás, um pouco por todo o lado, os tipógrafos se distinguiram nas primeiras fases e correntes do *movimento operário*...

A associação, reservada ao pessoal daquele estabelecimento, não ultrapassaria, naturalmente, algumas dezenas de sócios.

Com um campo de recrutamento mais amplo e interclassista, instituiu-se, em 1 de Janeiro de 1851, o *Montepio Conimbricense*, posteriormente denominado *Associação de Socorros Mútuos Montepio Conimbricense Martins de Carvalho*. Veio a ter como padroeira a

Imaculada Conceição. O número de associados atingiria algumas centenas.

Nos inícios da década seguinte, em 8 de Dezembro de 1862, organizou-se a *Associação dos Artistas*, cujo principal fundador e grande impulsionador foi Olímpio Nicolau Rui Fernandes (administrador da imprensa da Universidade).

Visava diversas finalidades que iam da protecção dos sócios e suas famílias, à promoção do progresso social, moral e intelectual das «classes laboriosas», à promoção das «artes» e indústrias, à difusão do ensino e da cultura. Ou seja, ultrapassava nitidamente os objectivos de uma mera *associação de socorros mútuos*.

A nível educativo, merece destaque a instrução gratuita mediante cursos nocturnos (subsidiados pela Câmara Municipal), a partir de Dezembro de 1866, em cuja leccionação participaram estudantes da Universidade. Como iniciativa fomentadora das actividades económicas distinguir-se-ia a importante exposição distrital de produtos industriais, agrícolas, etc.

Veio a atingir grande importância, contando com algumas centenas de associados, oriundos de quase todo o sector das «artes e ofícios» — constituindo a principal instituição da «classe operária coimbrã». Teve como *protector* o rei D. Fernando.

Poucos anos depois, instituiu-se a *Associação Conimbricense do Sexo Feminino*.

Criada em 8 de Dezembro de 1867, foi a primeira associação (mutualista) do sexo feminino existente em Portugal. Em 1872, os imperadores do Brasil aceitariam o título de seus *protectores*.

A admissão era reservada às «mulheres de bom comportamento», de 12 a 45 anos de idade, residentes em Coimbra, carecendo as menores e as casadas de prévia autorização respectivamente de seus pais ou tutores e maridos.

Visava dois níveis de objectivos e de prioridades, tendo «por fim obrigatorio o socorro mutuo e o auxílio fraternal, e por fim facultativo a instrução das associadas e a educação de suas irmãs ou filhas menores».

A Associação Conimbricense do Sexo Feminino (posteriormente intitulada *Associação Conimbricense de socorros mútuos para o sexo feminino — Olympio Nicolau Ruy Fernandes*, em homenagem ao seu fundador) registaria um significativo nível de adesão, contando com algumas centenas de associadas (538, em 1900). Êxito notável, desmentindo os «vaticínios tristíssimos», o ridículo e a maledicência... com que foi acolhida no berço.

Sociedade *pioneira*. Sociedade de mulheres, que o século XIX exaltou. Antigos e novos problemas. Antigos e novos «discursos» sobre o feminino.

Nos anos de 1860-1870, o *associativismo mutualista* na cidade de Coimbra limitava-se às quatro instituições referidas.

Emergia dum campo de recrutamento socialmente diverso e inscrevia-se, no tocante às *classes trabalhadoras*, num «mundo laboral» de características artesanais, na sua essência.

Daí que (bem como por outros motivos) se registassem determinadas linhas de *tradicionalismo* — nomeadamente alguns sinais ou gestos religiosos, a atenção dispensada às *exéquias*, as preocupações *moralizantes*, etc. — em relativa similitude com as tradicionais *confrarias*...

Ainda assim, alguns traços apontam para a *semi-modernidade* do movimento, como sejam a dignificação do trabalhador e a *recusa* da «esmola» como *solução* para os infortúnios da sua carreira.

A partir das referidas associações (dispondo de diversos apoios e solidariedades) se geraram novas oportunidades de vida colectiva e alguns esquemas de segurança social. Em torno da vida, em seus infelizes acasos e contingências. Em torno da morte, protegendo viúvas e órfãos. E dignificando os actos fúnebres.

No entanto, o associativismo institucionalizado apresentava diversas limitações.

A partir dos anos de 1870 (sob o impacto da *Comuna de Paris* e de alguma influência da *1.ª Internacional*), em ligação com a própria evolução do sistema produtivo e o conseqüente crescimento do operariado, abriu-se em Portugal, com destaque para Lisboa, um novo período de associativismo operário. Mutações sob o influxo também, em certa medida, da institucionalização dos ideários socialistas e republicano.

Todavia, mesmo nessa fase outras *associações mutualistas* surgiram.

Em 1900, além das quatro anteriormente consideradas — cujo percurso alternou períodos áureos e fases de marasmo — existiam em Coimbra mais as cinco seguintes: *Sociedade União Artística Conimbricense*, *Grémio dos empregados do Comércio e Indústria*, *Associação de socorros mútuos dos distribuidores e guarda-fios telégrafo-postais de Coimbra*, *Caixa auxiliar da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários* e *Associação de socorros mútuos da Arte Cerâmica de Coimbra*.

Quase todas elas se mantinham em 1905, totalizando oito.

Assinale-se que a maior parte destes novos *exemplos* apresentam já uma feição *classista*, indiciando outras perspectivas e modalidades do movimento associativo.

No mesmo sentido apontam as *caixas económicas*, «instituições exclusivamente de operários, manifesto documento de moralidade e previdência» — segundo Francisco Augusto Martins de Carvalho (*O Conimbricense*, 1900).

Surgiram em Coimbra nos inícios do último quartel do século. Algumas de efémera duração; outras nem sequer passaram de tentativas.

Em 1900 existiam sete *caixas económicas*, totalizando cerca de cinco centenas de associados. Posteriormente, outras se criaram. Mas também algumas daquelas em breve desapareceriam.

Instituições, pois, algo frágeis. Não *exclusivamente de operários*, mas quase.

Inseriam-se, repito, num estágio mais avançado. Mas permanece exteriormente uma «imagem» relativamente tradicional da «classe operária».

Ou seja, das *associações de socorros mútuos às caixas económicas* — umas e outras apontadas como «verdadeiras escolas de bons costumes» — um percurso associativo relativamente diferente mas analogicamente visualizado, porque conducente ao progresso e à *moralização* da «classe artística».

A partir de finais do século, emergiu mais claramente o *associativismo de classe* em Coimbra.

No intervalo de uma década, de meados dos anos 90 aos primeiros anos do século XX, surge em Coimbra mais de uma dezena de tais associações, nomeadamente: dos *Fabricantes de Calçado*, dos *Operários Marceneiros*, dos *Alfaiates* (posteriormente aberta às costureiras de alfaiate, em 1904, passando a denominar-se *Associação de Classe dos Oficiais e Costureiras de Alfaiate*), dos *Carpinteiros de Construções Cívicas*, dos *Pintores de Construção Civil*, dos *Funileiros*, dos *Oficiais de Barbeiros e Cabeleireiros*, dos *Manipuladores de Pão e Artes Correlativas*, dos *Serralheiros e Artes Correlativas*, das *Artes Gráficas*, dos *Gasomistas*...

Em suma, diversas *associações de classe* (por vezes com «pomposas» designações). Algumas delas registando trajectórias de inactividade ou marasmo.

Associações de classe. Sinais de tempos novos. Mas também de um *mundo operário* de ofícios tradicionais... Um *mundo operário*, simultaneamente activo e solidário, dividido e indiferente... Num espaço, aliás, de limitados conflitos laborais.

2.2.3. Associações recreativas e culturais

Inúmeras foram as sociedades criadas em Coimbra nos domínios do recreio, da instrução e da cultura. De vida efémera, em muitos ca-

sos. Por motivos vários. Entre eles, divergências de associados. A partir das quais, aliás, se geravam, por vezes, outras sociedades.

Associativismo frequentemente *popular*, mas também *burguês* e *estudantil* ou *interclassista*.

Diversas actividades, em linhas de singularidade ou em feixes cruzados, fomentavam núcleos da vida associativa — nomeadamente as seguintes: teatro, música, dança, instrução, jogos, desporto (ou *sport*, como então se dizia). Genericamente, recreio e/ou cultura. Passatempos e diversões. Em ambientes de quotidiano normal. Ou em ambientes especiais — reuniões de famílias, saraus festivos, espectáculos... Rotinas e evasões... Conflitualidades também, algumas vezes.

A algumas destas associações já se aludiu. Caso das *sociedades filarmónicas*.

Os seus membros eram, geralmente, oriundos das camadas populares — artífices, muitos deles.

Algumas ultrapassavam o campo meramente recreativo, complementando-o com uma missão educativa, beneficente e mutualista. Em França, por exemplo, também as *sociedades de música* assumiriam a forma de *sociedades de socorros mútuos*.

Em Coimbra, nos princípios da década de 1850, surgiram duas importantes filarmónicas: a *Filarmónica Conimbricense* e a *Filarmónica Boa-União* (inicialmente com outras designações).

Ambas assumiram igualmente uma faceta *socorrista*, vindo a instituir o seu próprio *montepio*, respectivamente em 1889 e em 1860.

Da *Filarmónica Conimbricense* e da *Filarmónica Boa-União* (especialmente desta) inúmeras referências se assinalam nas páginas da vida social coimbrã. Recorde-se, a título de exemplo, a participação em procissões, em actos fúnebres, em festas cívicas, em saraus, em *bazares*, em horas de convívio e recreio nos passeios públicos, em manifestações políticas, em recepções a figuras ilustres, em *festas desportivas*, em excursões. Além das actuações em Coimbra, ambas as filarmónicas eram chamadas de localidades diversas (particularmente dos arredores da cidade) para abrilhantar festas e romarias. Mas também o inverso se verificava, com a vinda a Coimbra de outras *bandas*.

Posteriormente, outras *filarmónicas* foram criadas: a dos *Bombeiros Voluntários* e a dos *Operários da fábrica de lanifícios de Santa Clara* (que pouco duraria — de 1896 a 1901). Sem esquecer as *bandas militares* — em especial (após 1885) a «excelente banda» do regime de infantaria 23 — e alguns *grupos musicais* ou *tunas*.

Instituições de entretenimento e de cooperação entre os associados, às *sociedades filarmónicas*, chamadas a participar nos acontecimentos festivos de natureza civil e nas solenidades religiosas, eram assim também um factor de sociabilidade extravasante e um elemento modelador das sensibilidades. Delas dependeria em parte a animação

periódica da vida local, durante o século XIX e parte do seguinte. Século XIX — tempo de *filarmónicas*. Tempo de música na rua, em episódios de alegria ou de tristeza.

Tempos de música, por outras vias, também em alguns cafés. Por exemplo, em Janeiro de 1905, os *concertos* da *troupe* de artistas *Petite Otero*, no «antigo e acreditado Café Marques Pinto», na praça do Comércio. Noites de concertos, com um variado programa de músicas e danças espanholas, atraindo «uma extraordinária concorrência».

A animação recreativa e cultural desenvolvia-se também por intermédio de *sociedades teatrais*.

Em Coimbra, onde, aliás, o teatro contava com uma significativa tradição, criaram-se inúmeras daquelas associações. Fugazes muitas, relativamente duradouras outras.

Nalguns casos, a sua composição social era relativamente homogénea — sociedades de artífices e operários, sociedades de estudantes. Noutras, participavam indivíduos oriundos de estratos sociais diversos — patrões e operários, estudantes e artífices, empregados, etc. Mais um campo, portanto, em que se cruzariam diferenças e sociabilidades — esbatendo algumas distâncias e perpetuando, indiretamente, outras.

Teatro de adultos, sobretudo. Mas também de grupos infantis ou juvenis.

Geralmente *sociedades de curiosos*, mas algumas delas com recurso a atrizes.

Actuavam, habitualmente, em teatros improvisados — em casas, em lojas ou lojões, inclusive nas escadas da igreja de S. Tiago. Em contraste, com alguns exemplos de teatros famosos: o *Teatro Académico*, o *Teatro de D. Luiz I* (construído na velha igreja de S. Cristóvão, pela *Assembleia Recreativa Conimbricense*, que também incluía estudantes), aberto em Dezembro de 1861, e o *Teatro Circo Príncipe Real*, inaugurado em 1892 (cujo nome mudaria para *Teatro Avenida*, depois da implantação da República).

Inúmeras *sociedades teatrais* — repito. Teatro diverso, em palcos distintos. Jogos cénicos e jogos da vida. Noites de diversão — por vezes com *incidentes* à mistura. Recreio de indivíduos e de famílias. Ocasões também para actos de filantropia. Alguns espectáculos em *benefício* de instituições ou de pessoas (nomeadamente artífices ou operários) privadas de recursos, devido à doença e a outras circunstâncias...

No domínio da instrução popular, algum destaque merecerá a *Sociedade Terpsichore Conimbricense*, fundada em 1867, por alguns jovens de Coimbra, artistas, caixeiros e negociantes — e que no mesmo

ano se dividiu, «indo a classe dos caixeiros e negociantes fundar a *Associação Recreativa Commercial...*», que somente duraria alguns anos.

Àquela — sociedade de recreio (dança, sobretudo) mas, pouco depois, também sociedade de instrução —, composta apenas de *artistas*, se ficou a dever a inauguração, em 6 de Fevereiro de 1870, da primeira «*bibliotheca popular de Coimbra, e uma das mais grandiosas que não são organizadas em Portugal*» (*O Conimbricense*).

No entanto, tão pioneira iniciativa não terá correspondido às expectativas dos seus promotores.

Posteriormente a *Sociedade Terpsichore* mudou de título. Em 1876, passou a denominar-se *Centro Promotor de Instrução Popular*, terminando em 1894.

A par do recreio, várias outras associações se preocuparam em difundir a instrução. Mas, salvo excepções, com limitados sucessos, ao que parece. Frequentemente, a maior parte dos associados prefeririam o jogo e os divertimentos à leitura e ao ensino.

A nível do *desporto* (para além de outras actividades), recordem-se (entre outros) os casos do *Gymnasio de Coimbra* e do *Gymnasio Club*.

De variados modos e a partir de associações diversas, se fomentou o recreio e a cultura no meio conimbricense. Grande parte de tais instituições animar-se-iam especialmente no Inverno — quadra em que escasseavam outros divertimentos e convívios. Tempo de monotonias exteriores. Favorável a uma vida associativa de *interior*, congregando e dividindo...

2.2.4. Associativismo estudantil

Vida *académica* e *coimbrã*... Para alguns, páginas de quase solidão. Para muitos, anseios e oportunidades de vida associativa.

Sob diversas formas, os estudantes colaboravam com o movimento associativo da cidade.

Muitos académicos concorreram, especialmente, para promover a instrução e a cultura a nível popular e preocuparam-se com os destinos das *classes trabalhadoras*.

Os estudantes, além de participarem em associações de outros grupos sociais ou de com elas cooperarem, distinguiram-se, criando instituições de variada índole. De que apenas referirei alguns exemplos principais.

Entre eles, a *Sociedade Filantrópico-Académica*, estabelecida em 1850 e que, ao longo de sucessivas gerações, prestaria relevantes serviços a académicos pobres, auxiliando-os no prosseguimento da sua carreira. Teve como *protector* D. Pedro V.

Em 1894, seria criada por alunos liceais a *Sociedade Filantrópico-Académica do Liceu Central de Coimbra*.

No domínio do teatro e de outras formas de cultura ou recreio, igualmente os estudantes criaram importantes organismos.

Em 1836, constituiu-se a *Academia Dramática* (que representava num teatro nos baixos do *Colégio das Artes*). Devido a divergências entre os associados, separaram-se alguns que organizaram, em 1838, uma *Nova Academia Dramática*, de que faziam parte não só estudantes mas também muitos professores e doutores. A ela se deveu a fundação do *Teatro Académico*, no antigo *Colégio de S. Paulo* (na *Rua Larga*).

Abriu no dia 24 de Junho de 1839. Durante vários anos só ali podiam representar estudantes. A partir de finais de 1859, permitir-se-ia a admissão de artistas ou companhias, nacionais ou estrangeiros, de nomeada.

Após uma longa e multifacetada história, o *Teatro Académico* seria demolido em 1889.

A *Nova Academia Dramática* (posteriormente intitulada *Academia Dramática de Coimbra*) criou um *Instituto*. Mas este separou-se, em 1852, formando-se o conhecido *Instituto de Coimbra*, devotado à *cultura das ciências, belas letras e belas artes*. Para o *Instituto* transitou a maioria dos sócios não estudantes.

Em 1861, fundou-se o *Club Académico*. Com ele se fundiu, em 1866, a *Academia Dramática*, daí surgindo, em 1887, a *Associação Académica*, cujos primórdios foram algo agitados e instáveis.

Entretanto, em 1880 havia surgido o *Orféon Académico* — organizado em 29 de Outubro por João Arroio, estudante de Direito — que participou de modo brilhante nas *festas camonianas*.

Pouco durou então, reaparecendo mais tarde, em novas fases.

No domínio musical, outro importante organismo seria a *Tuna Académica*.

Enfim, alguns exemplos no campo desportivo: o *Tiro* (em 1906) — com carreira de tiro aos pombos e pratos em Celas; a *Sociedade de esgrima e ginástica* (da mesma época), cuja «direcção resolveu crear classes de gymnastica sueca e dois grupos de *foot ball*, um de alumnos da Universidade e outro de alumnos do lyceu».

Notas breves do *associacionismo estudantil*. Estudantes — itinerários individuais e colectivos. Vida escolar e outras vidas. A par do estudo, diferentes preocupações e iniciativas.

Referenciado ficou, em algumas alíneas, o movimento associativo na cidade de Coimbra. Do qual foram pioneiros e grandes paladinos Olimpio Nicolau Rui Fernandes e Joaquim Martins de Carvalho.

Imagens algo simplistas e incompletas. Omitidas que foram outras modalidades — sociedades de beneficência, lojas maçónicas, centros políticos, associações patronais, *imprensa estudantil*, *imprensa operária*.

Associações — círculos ou redes de sociabilidade *organizada* mas também *informal*. Teias e segmentos da vida de relação. Agrupamentos voluntários, mas restritos.

Do *associativismo popular* ao *associativismo estudantil* — convergências e fronteiras. Uma só cidade, *universos* na cidade...

3. Conclusão

De continuidades e mudanças se compõe o processo histórico. Em ritmos variáveis, segundo duas coordenadas fundamentais — o tempo e o espaço.

No decurso do período considerado, a sociabilidade registou significativas permanências e mutações.

A par das *festas tradicionais* emergiu a *nova festa*, exprimindo diferentes valores e comportamentos, nas áreas sócio-políticas e sócio-culturais. *Tradição* e *novidade*, numa dialéctica de contrastes mas também de analogias e confluências. Semelhante processo afectou, naturalmente, a *vida associativa*, repartida por antigas e modernas instituições — em trajectórias de continuidades e rupturas relativas. *Vida associativa*, configurando-se em espaços ou *corredores* intermédios, entre a intimidade da *célula familiar* e os futuros *partidos políticos*.

Variações da sociabilidade que legitimam, afinal, a consideração daquela como *objecto de história*.

E tanto assim que a breve sucessão de «imagens» que apresentei constituem expressivos *instantâneos* dos ambientes de Coimbra, na segunda metade do século XIX. E mais que isso, significativos elos e segmentos temporais da vida social.

Imagens quase de ontem que o tempo, enfim, tanto mudou. Imagens de sociabilidade urbana, a par de *tonalidades rurais*. Campo e cidade — *divergências* e *cruzamentos*...

Entretanto, ao cingir-me a algumas *manifestações festivas* e a alguns tópicos do *movimento associativo*, privilegiei sociabilidades algo *marginais* ou *exteriores* relativamente ao quotidiano. Em detrimento, portanto, daquelas formas que representam, até certo ponto, verdadeiras faces e imagens da própria vida quotidiana — em espaços diversos, cenários de tantos encontros e relações. Na rua e seus anexos. No mercado. Em cafés e em tabernas, constituindo uma intrincada e contraditória rede de *sociabilidade difusa*. No rio. Um rio de estudantes e serenatas. Um rio de barqueiros, lavadeiras e aguadeiras... De mágoas e contentamentos...

Omissões — a par de outras, nomeadamente a questão das *sociabilidades diferenciadas* (a nível etário, dos sexos, etc.) — insuperáveis em uma só lição. Sempre incompleta e «fragmentária». Um ponto de chegada. Não menos um ponto de partida, para diferentes lições. Missão e desejo de quem tenta ensinar...

4. Fontes e Bibliografia

1. Fontes

- 1.1. Jornais de Coimbra — principalmente *O Conimbricense* e *O Tribuna Popular*.
- 1.2. Estatutos e Relatórios de diversas associações.
- 1.3. Outras fontes (em especial «memórias» de antigos estudantes), nomeadamente:
 - Bastos, Teixeira, *A vida do estudante de Coimbra (antiga e moderna). Duas conferências na Associação Cristã de Estudantes, nos dias 29 e 30 de Abril de 1920*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.
 - Bellem, A. M. da Cunha, *Scenas contemporaneas da vida academica. Quasi-romance da actualidade*, Lisboa, 1863.
 - Cabral, Antonio, *Tempos de Coimbra. Memorias de estudante — anedotas e casos, figuras e typos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925.
 - Calado, Rafael Salinas, *Memórias de um estudante de Direito*, Coimbra Editora, 1942.
 - Calisto, Diamantino, *Costumes académicos de antanho, 1898/1950*, Porto, 1950.
 - Coelho, Trindade, *In illo tempore. Estudantes, lentes e futricas*, Paris-Lisboa, 1902.
 - Correia, Fernando, *Vida errada. O romance de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1933.
 - Costa, Alberto (ex-Pad Zé), *O livro do doutor Assis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1951.
 - Eloy, João, *Boémia coimbrã. A vida académica de Coimbra nos fins do século passado*, Vila Nova de Famalicão, 1938.
 - Figueiredo, A. C. Borges de, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, 1886.
 - Goodolphim, Costa, *A Providencia — Associações de socorro mutuo, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas economicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
 - Guedes, Armando Marques, *Páginas do meu diário*, Lisboa, 1957.
 - Machado, Julio Cesar, *Scenas da minha terra*, Lisboa, 1862.
 - Maia, Francisco de Athayde Machado de Faria e, *A minha velha pasta (tempos de Coimbra e gente do meu tempo), 1896-1901*, Ponta Delgada, 1937.
 - Noronha, D. Thomaz de, *De capa e batina...*, Lisboa, 1928.
 - Osorio, Pinto, *Lembranças da mocidade. Alguns casos historicos da Academia de Coimbra*, Porto, 1907.
 - Pratt, Alfredo de, *Bohemia de Coimbra (epizodios da vida academica)*, Coimbra, Imprensa Academica, 1899.
 - Programa dos festejos academicos para a inauguração do monumento a Luiz de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.
 - Ribeiro, Herlandér, *Cartas de uma tricana. Coimbra de 1903 a 1908*, Lisboa, 1936.
 - Sá, Octaviano, *Nos domínios de Minerva. Aspectos & episódios da vida coimbrã*, Coimbra, Arménio-Amado Editor, 1939.
 - Torres, Francisco Pinheiro, «*Adeus, Senhor Doutor*» (*Coisas de Coimbra*), Coimbra, Coimbra Editora, 1928 (2.^a edição).

2. Bibliografia

- Agulhon, Maurice, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence. Essai sur la sociabilité méridionale*, Fayard, ³1984.
- Agulhon, Maurice, *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Colin, 1977.
- Agulhon, Maurice, *La République au Village. Les populations du Var de la Révolution à la II^e République*, Paris, Seuil, ²1979.
- Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. III, Porto-Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970.
- Anacleto, Regina, *O coreto do parque Dr. Manuel Braga em Coimbra*, Coimbra, 1983, sep. de *Mundo da Arte*, n.º 14, Junho, 1983.
- Andrade, Carlos Santarém, «O 1.º Centenário do Marquês de Pombal na imprensa da época», *História*, n.º 49, Nov. de 1982.
- Ariès, Philippe et Duby, Georges (dir. de), *Histoire de la vie privée*, t. 4. *De la Révolution à la Grande Guerre*, Paris, Seuil, 1987, vol. dirigido por Michelle Perrot.
- Barreto, António; Mónica, Maria Filomena, *Retrato da Lisboa Popular, 1900*, Lisboa, Presença, 1982.
- Bebiano, Rui, *D. João V poder e espectáculo*, Aveiro, 1987.
- Bebiano, Rui, «O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica», *Revista de História das Ideias*, 4, tomo II, Coimbra, 1982-1983, pp. 381-428.
- Borges, Nelson Correia, *Coimbra e região*, Lisboa, Presença, 1987.
- Brécy, Robert, «Les chansons du premier Mai», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XXVIII, Juillet-Septembre, 1981, pp. 393-432.
- Caro Baroja, Julio, *La estación de amor (fiestas populares de Mayo a San Juan)*, Madrid, Taurus Ediciones, 1983 (reimpresión).
- Cascão, Rui de Ascensão Ferreira, *Permanência e mudanças em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Universidade de Coimbra, 1989 (diss. de doutoramento em História), 2 vols.
- Catroga, Fernando José de Almeida, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, Coimbra, 1988 (diss. de doutoramento em História), 2 vols.
- Catroga, Fernando, «Os primórdios do 1.º de Maio em Portugal. Festa, luto, luta», *Revista de História das Ideias*, 11, Coimbra, 1989, pp. 445-499.
- Corbin, Alain, *Le territoire du vide. L'Occident et le désir du rivage (1750-1840)*, Paris, Aubier, 1988.
- Costa, P.º Avelino de Jesus da, *A Santíssima Eucaristia nas Constituições Diocesanas Portuguesas desde 1240 a 1954*, Braga, 1989, sep. da *Lusitania Sacra*.
- Cruzeiro, Maria Eduarda, «Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional», *Análise Social*, vol. XV (60), 1979-4.º, pp. 795-838.
- Daumard, Adeline (présenté par), *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX^e siècle*, Colloque pluridisciplinaire, Amiens 19-20 Novembre 1982, Abbeville, F. Paillart, 1983.
- François, Étienne (dir. de), *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, 1986.
- François, E., Reichardt, R., «Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII^e au milieu de XIX^e siècle», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tome XXXIV, Juillet-Septembre 1987, pp. 453-472.
- Fonseca, Carlos da, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.

- Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no antigo regime*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- Guiral, Pierre, *La vie quotidienne en France à l'âge d'or du capitalisme, 1852-1879*, Hachette, 1976.
- Homem, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, 1989.
- Lopes, António Rodrigues, *A sociedade tradicional académica coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*, Coimbra, 1982.
- Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- Loureiro, José Pinto, *Bibliografia coimbrã*, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1964.
- Loureiro, José Pinto, *O teatro em Coimbra. Elementos para a sua história, 1576-1910*, Coimbra, Edição da Câmara Municipal, 1959.
- Mendes, José Amado, «Para a história do movimento operário em Coimbra», *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, pp. 603-614.
- Mendes, José Maria Amado, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.
- Mendes, José Maria Amado, «Coimbra no primeiro quartel do século XX (aspectos económico-sociais)», *Biblos*, LX(1984), pp. 385-394.
- Oliveira, António de, *Estrutura social de Coimbra no século XVI*, Actas do Simpósio Internacional, organizado pelo Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra, 28 de Novembro a 1 de Dezembro de 1980, Coimbra, EPARTUR, 1982, pp. 57-95.
- Pereira, José Pacheco, «A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)», *Análise Social*, vol. XVII(65), 1981-1.º, pp. 135-151.
- Roque, João Lourenço, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, Universidade de Coimbra, 1982 (diss. de doutoramento em História), 1 vol., 2 tomos.
- Roque, João Lourenço, «Coimbra na 2.ª metade do século XIX — estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)», in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, Actas do Congresso «História da Universidade de Coimbra, 1991, vol. 3, pp. 257-275.
- Sá, Octaviano, «A tricana no folclore coimbrão», *Coimbra*, colectânea de estudos..., Gráfica de Coimbra, 1943, pp. 561-632 (sep. dos volumes 87 a 101 de *O Instituto*).
- Sanchis, Pierre, *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas* (trad.), Lisboa, D. Quixote, 1983.
- Silva, A. Carneiro da, *As récitas do V ano*, Coimbra, 1955.
- Silveira, Maria de Aires, «Os cafés e botequins lisboetas do séc. XIX», *Lisboa, Revista Municipal*, ano LXVIII, 2.ª série, n.º 21, 3.º trimestre de 1987, pp. 43-62.
- Sociabilité, Pouvoirs et Société*, Actes du Colloque de Rouen, 24/26 Novembre 1983, Publications de l'Université de Rouen, 1987.
- Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, 1989.
- Torgal, Luís Reis, *A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo liberal vintista*, sep. das Comunicações ao Colóquio sobre *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 1981.
- Vasconcellos, António de, *Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, ..., 2 vols.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894.
- Wallon, Armand, *La vie quotidienne dans les villes d'eaux, 1850-1914*, Hachette, 1981.